



Artigo | Dossiê Intelectuais, movimentos políticos e protagonismo popular

“O velho está morrendo e o novo não pode nascer”: reflexões sobre a intelectualidade de esquerda na América Latina

Maria Sarah Nascimento Brito, *Universidade Federal do Rio de Janeiro* ✉  

Eulália da Costa Guarinello, *Universidade Federal do Rio de Janeiro* ✉  

Palavras-chave:

Julio Cortázar;
história
intelectual;
América Latina.

Resumo. O presente artigo investiga os impasses enfrentados pela esquerda contemporânea à luz das reflexões de Vladimir Safatle e Antonio Gramsci, articulando essas contribuições com a trajetória intelectual de Julio Cortázar. Parte-se da compreensão de que a crise atual é de natureza simbólica e epistemológica, caracterizada pelo esgotamento das categorias tradicionais de interpretação da realidade e pela estagnação da imaginação política. Nesse cenário de interregno, descrito por Gramsci, o papel do intelectual ganha centralidade como agente na disputa por uma nova hegemonia cultural. Julio Cortázar é analisado como figura exemplar desse engajamento, ao conciliar liberdade estética com compromisso político, recusando tanto a neutralidade elitista quanto os imperativos dogmáticos. A sua obra aponta para a possibilidade de uma arte crítica e transformadora, que resiste à instrumentalização e reativa o potencial simbólico da literatura como instrumento de reinvenção do presente.

Keywords:

Julio Cortázar;
intellectual
history; Latin
America.

[EN] “The Old is dying and the New cannot be born”: reflections on left-wing intellectuality in Latin America

Abstract. This article examines the impasses faced by the contemporary left through the theoretical perspectives of Vladimir Safatle and Antonio Gramsci, integrating these contributions with the intellectual trajectory of Julio Cortázar. It begins from the premise that the current crisis is symbolic and epistemological, characterized by the exhaustion of traditional categories for interpreting reality and by stagnation in political imagination. Within this scenario of interregnum, as described by Gramsci, the intellectual assumes a central role as an agent in the struggle for a new cultural hegemony. Julio Cortázar is analyzed as an exemplary figure of such engagement, combining aesthetic freedom with political commitment, rejecting both elitist neutrality and dogmatic imperatives. His work signals the possibility of critical and transformative art, resistant to instrumentalization and capable of reactivating literature’s symbolic potential as a means to reinvent the present.

Palabras clave

Julio Cortázar;
historia
intelectual;
América Latina.

[ES] “Lo viejo está muriendo y lo nuevo no puede nacer”: reflexiones sobre la intelectualidad de la izquierda en América Latina

Resumen. El presente artículo investiga los impases enfrentados por la izquierda contemporánea a la luz de las reflexiones de Vladimir Safatle y Antonio Gramsci, articulando esas contribuciones con la trayectoria intelectual de Julio Cortázar. Se parte de la comprensión de que la crisis actual es de naturaleza simbólica y epistemológica, caracterizada por el agotamiento de las categorías tradicionales de interpretación de la realidad y por la estagnación de la imaginación política. En ese escenario de interregno, descrito por Gramsci, el papel del intelectual adquiere centralidad como agente en la disputa por una nueva hegemonía cultural. Julio Cortázar es analizado como figura ejemplar de ese compromiso, al conciliar libertad estética con compromiso político, rechazando tanto la neutralidad elitista como los imperativos dogmáticos. Su obra señala la posibilidad de un arte crítico y transformador, que resiste a la instrumentalización y reactiva el potencial simbólico de la literatura como instrumento de reinención del presente.

Introdução

Ao analisar a evolução histórica do termo intelectual, observa-se que o seu uso como vocábulo é, relativamente, recente. Mais precisamente, ganha destaque no contexto europeu do final do século XIX, relacionado ao famoso caso Dreyfus – episódio em que o oficial francês Alfred Dreyfus foi acusado de traição no período posterior à Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), em um momento de forte instabilidade política e social na França, quando o país buscava reconstituir a sua identidade nacional e lidava com tensões internas ligadas ao militarismo e à divisão entre republicanos e conservadores.

A mobilização de escritores, acadêmicos e outros agentes culturais em defesa de Dreyfus marca não apenas um posicionamento político, mas também a emergência pública da figura do intelectual como sujeito engajado nos debates cívicos. A figura do intelectual surge, então, nesse cenário, transcendendo a atuação restrita ao campo das letras, das ciências ou das artes, e passa a ocupar um lugar ativo nos debates da esfera pública. A emergência desse novo tipo de ator social no contexto do caso Dreyfus consolidou uma compreensão moderna do intelectual como figura central na mediação entre cultura e política.

No campo da História, no entanto, o conceito de intelectual demorou a se firmar como objeto de investigação. Enquanto ciências vizinhas, como a Sociologia e a Ciência Política, já se debruçavam sobre o tema, os historiadores, por muito tempo, mantiveram certa distância. Parte dessa hesitação se explica pelo fato de os intelectuais, em um passado recente, comporem um grupo seletivo, majoritariamente pertencente às elites sociais. Isso tornava pouco atrativa a abordagem histórica desse grupo, sobretudo em um contexto historiográfico que valorizava, em reação ao positivismo, as vozes populares e os processos coletivos. Além disso, os intelectuais eram percebidos como agentes de atuação pontual e restrita ao campo dos debates políticos ou filosóficos, o que contribuía para a noção de que seu papel era limitado e elitista:

Após estudar as causas que durante tanto tempo deixaram os intelectuais no ângulo morto da pesquisa – pois, na verdade, era muito mais uma questão de ausência do olhar que de descrédito – será, portanto, necessário apresentar em seguida uma história nascente, mais que renascente. Sua juventude não a impediu, contudo, de ganhar vigor [...]. A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural (Sirinelli, 2003, p. 232).

Assim, entre os que se dedicavam a estudá-los, persistia a inquietação em torno de duas questões centrais: qual o papel do intelectual? Qual o seu poder na produção das narrativas históricas?

Essa discussão nos leva a uma pergunta provocativa: pode um intelectual ser de direita? Se considerarmos apenas a sua função crítica, poderíamos supor que o conceito de intelectual estaria, essencialmente, vinculado a posições progressistas, o que tornaria a figura do “intelectual de direita” uma contradição em termos. No entanto, esse raciocínio é reducionista. Estaríamos equivocados ao pensar que a relação entre intelectuais e uma orientação política conservadora é resultado apenas de casos pontuais ou posicionamentos isolados. Ao contrário, como observa Sirinelli

(2003), até a Segunda Guerra Mundial, predominava na Europa a figura do intelectual de direita, o que indica uma tradição consolidada de pensamento conservador – e até reacionário – no seio do campo intelectual.

Como também aponta Funes (2006), o conceito de intelectual é, de fato, polissêmico, gerando dúvidas e ambiguidades ao longo do tempo, especialmente diante das transformações sociais e políticas pelas quais as sociedades passaram:

Una cualidad inherente a la condición intelectual es la función de crítico social. La crítica, como tal, tampoco es privativa de las sociedades modernas. [...] Definir al intelectual moderno, entonces, no es una tarea sencilla. Y no lo es porque sea escasa o irrelevante la literatura al respecto. Es casi por lo opuesto: la masa reflexiva en la tradición sociológica acerca de los intelectuales es vastísima, controversial y contemporánea a la existencia de éstos como tales (Funes, 2006, p. 40).

Por isso, torna-se necessário recorrer a critérios de análise propostos por diferentes autores, a fim de evitar um relativismo estéril. De modo geral, podemos considerar duas grandes acepções do termo: a primeira, mais ampla, entende o intelectual como um mediador cultural, alguém que produz e difunde ideias, valores e interpretações. A segunda, mais popular e politicamente marcada, vincula o intelectual à noção de engajamento, tal como formulada por Jean-Paul Sartre, por exemplo. Nesse sentido, são considerados professores, escritores, jornalistas, artistas, estudantes e todos aqueles que criam ou transmitem cultura e que, em alguma medida, intervêm na realidade social a partir desse lugar.

Na América Latina, o pensamento intelectual de esquerda encontrou dois momentos de maior centralidade: a década de 1920 e o período entre as décadas de 1960 e 1970. Esses ciclos históricos foram marcados por intensa efervescência política, social e cultural, contando com a participação decisiva de intelectuais comprometidos com projetos de transformação social. Já a partir dos anos 2000, assistimos ao surgimento do fenômeno conhecido como “Onda Rosa” (ou, em alguns casos, “Onda Vermelha”), caracterizado pela ascensão de governos de esquerda ou centro-esquerda

em países como Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai. Embora em menor escala do que nos períodos anteriores, essa conjuntura possibilitou o florescimento de formas diversas de pensamento intelectual progressista, com atuação nos campos acadêmico, artístico, midiático e nos movimentos sociais.

Contudo, o esgotamento desses governos de centro-esquerda e a ascensão, em escala global, de projetos políticos de direita – em alguns casos abertamente autoritários ou de orientação fascista –, denotou, de forma contundente, a necessidade de repensar o papel do intelectual em nosso tempo. Afinal, por que escrevemos? Para que existimos e atuamos como intelectuais, senão para facilitar a compreensão crítica e comunicar as urgências de nosso presente?

No tempo presente, as direitas ressurgem com força em diversas partes do mundo, e, com isso, observa-se o enfraquecimento das esquerdas enquanto força transformadora. Segundo Vladimir Safatle (2024), esse esvaziamento é resultado das sucessivas conciliações políticas realizadas ao longo das últimas décadas, entre outros fatores. Ao optar pela moderação e pela estabilidade institucional, a esquerda acabou por abdicar de sua capacidade de ruptura. Perdeu, como aponta Safatle, o espírito da rebeldia, a vocação para o conflito e a crítica radical¹. Hoje, o seu papel parece restrito à defesa do Judiciário, das liberdades civis, dos direitos morais, das instituições e da normalidade democrática. Mas, como questiona o autor, como ser antissistêmico quando estamos ocupados apenas em proteger o mínimo civilizatório diante do avanço da extrema direita?

Em *O alfabeto das colisões: Filosofia prática em modo crônico* (2024), Safatle aprofunda essa análise ao diagnosticar uma crise na produção epistemológica que impacta, diretamente, o meio intelectual e os dispositivos contemporâneos de produção do saber. O autor argumenta que o pensamento moderno e contemporâneo organizou-se em torno de regimes de visibilidade, formas de linguagem e dispositivos de controle que moldaram, ao longo dos séculos, o que é possível pensar, vestir, sentir e imaginar.

¹ Ver Ihu Unisinos (2024).

Vivemos, segundo ele, em um momento no qual os discursos colidem com os próprios limites e com a realidade histórica, gerando contradições que corroem nossa capacidade de produzir sentido e conhecimento. Essa crise expressa-se em experiências cada vez mais fragmentadas, individualizadas e mercantilizadas, que inviabilizam a totalização do saber e reduzem o conhecimento à sua utilidade performática. Para o autor, trata-se de uma crise teórica, mas também afetiva e estética – marcada pela perda da capacidade de imaginar o impensável, de articular alternativas e de sustentar discursos realmente transformadores.

Esse diagnóstico dialoga diretamente com a análise gramsciana do “interregno” gerado pela crise orgânica, conforme descrito por Antonio Gramsci (2001, p. 34): “[...] a crise consiste justamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer: neste interregno surge uma grande variedade de sintomas mórbidos”. Assim, crises orgânicas são momentos em que a vigência de uma ordem — política, econômica e cultural — entra em colapso, sem que uma nova hegemonia tenha sido construída. Nesse hiato histórico, surgem fenômenos como a instabilidade institucional, a crise de representação, a polarização ideológica e, sobretudo, o crescimento de forças reacionárias e autoritárias.

O conceito gramsciano de “interregno” oferece uma importante contribuição para que possamos refletir a respeito da morte das esquerdas, levantada por Safatle. Para o autor, a esquerda brasileira (e em grande parte, latino-americana) perdeu a sua força enquanto projeto transformador ao abdicar de suas promessas mais radicais: igualdade, soberania popular e ruptura com a ordem neoliberal. Assim, ao invés de ser agente do “novo”, a esquerda institucional tornou-se uma espécie de gestora do que resta do “velho”, funcionando mais como força de contenção da barbárie do que como horizonte de superação.

Nesse contexto, o “interregno” descrito manifesta-se na América Latina por meio de uma crise de representatividade e sentido político. Tendo em vista que os partidos outrora identificados com a mudança social passaram a se apegar às instituições como fim em si mesmas, abandonando a vocação crítica. Para Safatle, esse vazio não foi

ocupado por alternativas progressistas, mas por uma extrema direita anti-sistêmica que mobiliza ressentimentos, desejos de ordem e formas autoritárias de imaginar o futuro. O novo, nesse cenário, aparece deformado, pois a esquerda renunciou à disputa simbólica e ao material pela reinvenção do comum.

A morte das esquerdas, então, não significa o fim de seus nomes ou partidos, mas a falência de sua potência histórica. O “interregno” atual caracteriza-se, justamente, pela presença da esquerda enquanto forma sem conteúdo: presença inerte que ocupa, ainda, espaço político, sem a capacidade de produzir futuro. Para superar essa paralisia, tanto Gramsci quanto Safatle apontam para a necessidade de uma nova elaboração ideológica e prática, isto é, não basta resistir ao presente; é preciso refundar a possibilidade do porvir. Isso exige coragem para romper com pactos estabilizadores e disposição para encarar a política como campo de antagonismos e de invenção coletiva.

Diante disso, resgatar a dimensão radical do pensamento político de esquerda aparece como uma tarefa urgente. Reatando com tradições emancipatórias e confrontando, de maneira direta, o modelo neoliberal que coloniza as instituições, as subjetividades e, até mesmo, os horizontes do possível. O “interregno”, nesse sentido, deve ser habitado de forma crítica, como espaço de disputa e invenção. A tarefa da esquerda, se quiser renascer como força histórica relevante, passa, justamente, por transformar esse limbo em terreno fértil para a emergência do novo – não mais como promessa adiada, mas como prática concreta de transformação.

É nesse esforço de reconstruir a imaginação política das utopias sociais que este trabalho volta-se à figura do escritor argentino Julio Cortázar (1914–1984) e ao período de auge da intelectualidade crítica latino-americana, especialmente nos anos 1960. Cortázar, cuja trajetória política foi profundamente marcada pelo impacto da Revolução Cubana (1959), representa um exemplo singular de intelectual engajado que soube articular compromisso político e autonomia estética. Embora não fosse comunista, respondeu aos sintomas mórbidos de seu tempo com uma literatura comprometida, experimental e engajada, assumindo o papel de intelectual orgânico

no sentido gramsciano. A sua obra não apenas denuncia, mas imagina outras possibilidades de mundo – e é justamente essa potência que buscamos resgatar. Se os problemas do século XX não são os mesmos de hoje, muitas das estruturas de crise e dos processos de decomposição repetem-se. Estudar essas experiências ajuda-nos a identificar caminhos já trilhados – e, sobretudo, caminhos que ainda podemos inventar.

Literatura e compromisso: A trajetória de Julio Cortázar

A trajetória de Julio Cortázar foi marcada por deslocamentos geográficos, afetivos e intelectuais que moldaram profundamente a sua identidade pessoal e literária. Nascido em 1914, na Bélgica, em meio à Primeira Guerra Mundial, foi levado com a família à Suíça como refugiado, e pouco depois à Argentina. Cresceu em Banfield, nos arredores de Buenos Aires, em um ambiente rural e modesto. Desde cedo, enfrentou dificuldades: a separação dos pais, a ausência paterna e problemas de saúde na família, que o incumbiram de assumir responsabilidades precoces. Essa infância, solitária e melancólica, levou Cortázar a se refugiar nos livros, nos quais encontrou um espaço de pertencimento e fantasia que a realidade lhe negava. Assim, a leitura e o imaginário moldaram, desde cedo, a sua vocação para o fantástico, que viria a ser uma das marcas centrais de sua obra.

Iniciou a sua carreira docente em pequenas cidades argentinas, sempre preservando um perfil introspectivo, distante de relações sociais superficiais e voltado a conexões intelectuais mais profundas. Lecionou na Universidade de Cuyo, até ser preso por um breve período, por participar de protestos contra o governo de Perón – fato que o levou a se afastar da docência. Nesse cenário, ainda pouco envolvido com as questões políticas da América Latina, Cortázar mantinha uma visão fortemente influenciada pela tradição literária europeia. O seu afastamento das discussões políticas e a recusa em se vincular a movimentos ideológicos fizeram com que alguns o acusassem, de forma infundada, de simpatizar com o nazismo.

Ao mudar-se definitivamente para Paris em 1951, passou a trabalhar como tradutor da Unesco, o que lhe proporcionou vida estável e de grande proximidade com manifestações culturais. No entanto, o seu olhar era pautado, ainda, por uma forte identificação com o Ocidente, com marcas de desconforto diante de culturas não ocidentais, como, por exemplo, a indiana. Contudo, o distanciamento físico da América Latina e a inquietação frente a contextos coloniais, como a guerra de independência da Argélia, inspiraram Cortázar a questionar certas bases da civilização europeia, bem como se aproximar de causas genuinamente latino-americanas:

Creio que foi, sobretudo, a experiência europeia, e o fato de ter [...] quatro ou cinco anos vividos muito intensamente aqui em Paris. Foram anos de experiências humanas que eu não tivera na Argentina [...]. Paris foi um pouco meu caminho de Damasco, a grande sacudida existencial (creio que aqui esta palavra é bem usada). Isso pode explicar por que passei a me interessar pelo próximo (Cortázar, 1978 *apud* Bermejo, 2002, p. 14).

Esse processo foi intensificado, também, pela Revolução Cubana, despertando o seu engajamento político. Encantado com as propostas de uma arte voltada para os anseios do povo e com os ideais de justiça social defendidos por Fidel Castro e Che Guevara, Cortázar passou a incorporar essas experiências em sua literatura, como no conto *Reunión*, inspirado diretamente na figura de Guevara.

O conto em questão, publicado em *Todos los fuegos el fuego* (1966), fala sobre um episódio da luta revolucionária em Cuba, narrado em primeira pessoa na voz de Ernesto “Che” Guevara. A história recria, literariamente, um momento em que o grupo guerrilheiro, nos primeiros anos da luta na Sierra Maestra, precisa enfrentar as dificuldades da selva: a travessia exaustiva, a fome, a doença, o risco constante de emboscadas e a sensação de isolamento. O narrador (Che) descreve a dureza física da experiência – o corpo febril, os pés em feridas, a escassez de medicamentos –, mas, também, reflete sobre o sentido coletivo da luta, a solidariedade entre os companheiros e a confiança em Fidel Castro como liderança.

No campo das representações do passado – espaço por excelência de disputa simbólica e construção de sentidos – a literatura exerce um papel fundamental ao se inscrever em contextos específicos de produção, sendo, portanto, indissociável das dinâmicas históricas, sociais, políticas, culturais e intelectuais que a moldam. Ao narrar, reinterpretar ou, até mesmo, fabular acerca dos acontecimentos históricos, contribui, de forma ativa, para a formação de uma consciência histórica coletiva, ao mesmo tempo em que permite a afirmação e a preservação de identidades, tanto individuais quanto coletivas. Nessa perspectiva, o texto literário se torna um território fecundo de memória, no qual se articulam elementos que participam da elaboração dos sentidos que uma sociedade confere à sua trajetória.

Ademais, a literatura pode adquirir dimensões críticas complexas, ao questionar interpretações historicamente consolidadas, desestabilizar verdades instituídas e desafiar as narrativas hegemônicas que, muitas vezes, silenciaram vozes dissidentes. Com isso, abre-se espaço para o surgimento de novas perspectivas e leituras possíveis, que emergem das margens. O gesto literário, portanto, não se limita à reprodução de discursos dominantes, mas propõe rupturas, revisões e reimaginações que expandem os horizontes da compreensão histórica e social.

Outro aspecto que merece destaque é o modo como a literatura contemporânea tem se empenhado em ultrapassar os limites tradicionais do gênero, estabelecendo diálogos interdisciplinares e intertextuais com outras formas de narrativa que mantêm uma relação direta com o real, como o documento histórico, o testemunho, o relato etnográfico ou o arquivo institucional (Azevedo, 2019, p. 330). Essa hibridização textual, ao mesmo tempo em que complexifica as fronteiras entre ficção e realidade, potencializa o impacto crítico da obra, pois convida o leitor a refletir sobre os modos como a história é registrada, narrada e lembrada.

Na esteira dessas reflexões, o conto *Reunión* marca uma virada significativa na obra de Cortázar, ao articular elementos de uma estética literária bastante particular com o seu engajamento político e social. Sem abrir mão do fantástico e da subjetividade, o autor afirmou que escrever literatura e política configuram atos

distintos, igualmente legítimos, porém, pois ambos operam transformações na realidade. Tal concepção reflete os debates relacionados ao papel da arte na América Latina pós-Revolução Cubana, quando a politização da cultura levou à polarização entre os que exigiam da arte um compromisso direto com a temática revolucionária e aqueles que defendiam a liberdade formal e temática da criação artística. Cortázar posiciona-se nesse segundo grupo, ao lado de autores como Gabriel García Márquez e César Vallejo, defendendo que a arte pode ser revolucionária mesmo quando não se vincula explicitamente à propaganda ideológica.

Essa discussão ressoava, também, entre os líderes da Revolução, como Che Guevara – que criticava tanto o realismo burguês do século XIX quanto a rigidez do realismo socialista soviético, propondo, em contrapartida, uma cultura que emergisse das condições históricas e sociais latino-americanas. A insatisfação de Guevara com a burocracia soviética e os seus modelos culturais reforçou a defesa de uma arte comprometida, mas não subordinada. Sob essa perspectiva, a crítica à imposição de formas congeladas e de modelos prontos está atrelada à defesa de uma transformação verdadeiramente revolucionária, permitindo a criação de novas expressões culturais.

Ao recusar a ideia de uma literatura simplificada em nome da acessibilidade ou da denúncia pura, Julio Cortázar compartilhava dessa inquietação. Em suas intervenções em Cuba, defendeu a complexidade estética como elemento essencial da literatura, ao mesmo tempo em que afirmou a sua função crítica e social. Para o autor, o engajamento do escritor deveria ser resultado de uma fusão orgânica entre consciência política e maestria literária, capaz de preservar a memória e aprofundar o sentido histórico da Revolução.

Fidel Castro, por sua vez, apesar de manter a proximidade cultural com a URSS, por motivos estratégicos, também apontava, em *Palabras a los intelectuales*, para a necessidade de uma cultura popular transformadora. Ao propor o testemunho de uma senhora idosa que acabava de aprender a ler como símbolo dessa nova história, Castro indicava uma concepção gramsciana de intelectualidade – em que qualquer cidadão engajado poderia produzir saber (Castro, 1961), consolidando, assim, o testemunho

como um instrumento fundamental para democratizar a cultura e incluir vozes silenciadas.

Nos anos seguintes, o testemunho ganha cada vez mais espaço dentro da política cultural cubana. Em *Pasajes de la Guerra Revolucionaria* (1963), Che Guevara publicou uma série de crônicas sobre a Revolução, oferecendo uma descrição detalhada de sua experiência durante o desembarque em Cuba e os primeiros dias na Serra Maestra. Nesses relatos, Guevara apresenta, de forma subjetiva, o que acreditava ser o novo modelo de uma cultura revolucionária. A sua escrita, caracterizada pelo testemunho, revela um esforço para descrever, meticulosamente, o ambiente e os eventos, quase como uma “metáfora fotográfica”. De acordo com Blanes (2014), o objetivo dessa escrita era propor uma nova forma de construção histórica, contrapondo-se à ideia tradicional de intelectual, ligada aos poderes econômicos e políticos. Guevara defendia uma história escrita por aqueles que viveram os acontecimentos, um olhar direto e vivido da história.

O conto *Reunión*, por sua vez, remete à construção da narrativa testemunhal proposta por Che Guevara. No entanto, Cortázar busca trabalhar essa relação de maneira distinta, desenvolvendo o conto com suas próprias ferramentas literárias. Ao ler os escritos de Guevara, o autor incomodou-se com o que considerou pobreza literária no texto, misturada com certa pretensão. Nesse contexto, *Reunión* propõe-se a transportar a temática da guerrilha e da revolução – até, então, abordada de maneira crua e não literária – para o espaço criativo da literatura. Essa reinterpretação do testemunho evidencia o conflito entre duas formas de fazer literatura: uma centrada nas ideias documentais e vinculada à realidade, e outra que, por meio da exploração discursiva da linguagem subjetiva, busca trabalhar a representação do mundo. Em *Alegría del Pío*, texto original de Guevara, podemos perceber esse contraste de maneira clara:

Veníamos extenuados después de una caminata no tan larga como penosa. Habíamos desembarcado el 2 de diciembre en el lugar

conocido como por Playa de Las Coloradas, perdendo casi todo nuestro equipo y caminando durante interminables horas por cienágas de agua de mar, con botas nuevas. Esto había provocado ulceraciones en los pies de casi toda tropa. Pero no era nuestro único enemigo el calzado o las afecciones fúngicas. Habíamos llegados a Cuba después de siete días de navegación a través del Golfo del México y el Mar del Caribe, sin alimentos, con el barco en malas condiciones, casi todo mareado por falta de costumbre al vaiven del mar, después de salir el 25 de noviembre del punto de Tuxpan, un día de norte, en que la navegación estaba prohibida. Todo esto habia dejado sus huellas en la tropa integrada por bisoños que nunca habían entrado en combate (Guevara, 1963, p. 13).

A sua maneira, Cortázar escreveu em *Reunión*:

Nada podia andar peor, pero al menos ya no estábamos en la maldita lancha, entre vómitos y golpes de mar y pedazos de galleta mojada, entre ametralladoras y babas, hechos un asco, consolándonos cuando podíamos con el poco tabaco que se conservaba seco porque Luis (que no se llamaba Luis, pero habíamos jurado no acordamos de nuestros nombres hasta que llegara el día) había tenido la buena idea de meterlo en una caja de lata que abríamos con más cuidado que si estuviera llena de escorpiones. Pero qué tabaco ni tra-gos de ron en esa condenada lancha, bamboleándose cinco días como una tortuga borracha, haciéndole frente a un norte que la cacheteaba sin lástima, y ola va y ola viene, los baldes despellejándonos las manos, yo con un asma del demonio y medio mundo enfermo, doblándose para vomitar con si fueran a partirse por la mitad. Hasta Luis, la segunda noche, una bilis verde que le sacó a las ganas de reírse, entre eso y el norte que no nos dejaba ver el faro de Cabo Cruz, un desastre que nadie se había imaginado; y llamarle a eso una expedición de desembarco era como para seguir vomitando pero de pura tristeza (Cortázar, 1984, p. 83-84).

Ao comparar os trechos de *Alegría del Pío* e *Reunión*, é possível notar duas abordagens distintas da experiência revolucionária: a narrativa factual, direta e desprovida de preocupação estética de Che Guevara e a recriação literária elaborada por Julio Cortázar. Enquanto Guevara busca registrar com exatidão os eventos, descrevendo, exaustivamente, as dificuldades enfrentadas pela tropa, Cortázar transforma essa vivência em matéria de ficção, aplicando recursos estilísticos que intensificam a dramaticidade, a subjetividade e o ritmo narrativo. Em seu conto, o

desconforto físico, o caos da viagem e a angústia dos guerrilheiros são traduzidos em imagens sensoriais e linguagem carregada de oralidade, rompendo com a linearidade documental e convertendo o testemunho em experiência estética. Essa operação demonstra não apenas o respeito de Cortázar pela causa revolucionária, mas a sua convicção de que a literatura pode (e deve) cumprir um papel político sem abrir mão de sua complexidade artística.

Ao reescrever a experiência revolucionária relatada por Guevara em *Alegría del Pío*, Cortázar não busca, simplesmente, adornar o testemunho com elementos estilísticos, mas, sim, reivindicar a legitimidade da literatura como forma autônoma e eficaz de engajamento político. O conto *Reunión* insere-se, assim, em um projeto mais amplo de resistência cultural, no qual a arte não apenas documenta, mas interpreta e reinventa a realidade. Em sua versão ficcional, o desembarque é um símbolo da precariedade, da angústia e da esperança que compõem a luta revolucionária. Com isso, Cortázar dialoga com o real sem se submeter a ele, oferecendo ao leitor uma experiência estética que, por sua densidade sensível e poética, potencializa o impacto político da narrativa.

Essa postura literária reflete a recusa de Cortázar de se alinhar a fórmulas rígidas de arte revolucionária, como o realismo socialista promovido pela URSS. Em vez disso, o autor aposta em uma literatura comprometida, mas livre; engajada, mas esteticamente inquieta. Ao transitar entre o testemunho e a ficção, o escritor reafirma a possibilidade de a literatura construir sentidos plurais e duradouros para os eventos históricos, ultrapassando o imediato para tocar dimensões subjetivas e universais da experiência humana. Assim, *Reunión* exemplifica, com força, a contribuição de Cortázar ao pensamento e à prática intelectual latino-americana, em um momento em que a palavra escrita tornava-se, mais do que nunca, um campo de disputa e transformação social.

Essa concepção de literatura como espaço de liberdade crítica e de criação estética não se limita ao conto *Reunión*, estendendo-se às outras obras de Julio Cortázar, e evidenciando, desse modo, o desenvolvimento de seu engajamento político-

intelectual. Um exemplo notável é o romance, no qual o autor explora amplamente as tensões entre literatura e militância em plena efervescência das ditaduras e lutas latino-americanas. Nesse romance, Cortázar radicaliza a fusão entre ficção e realidade, linguagem literária e discurso político, construindo uma obra híbrida que reflete, em sua própria forma, os dilemas do intelectual engajado diante da violência das ditaduras e da urgência da ação revolucionária.

Em 1973, Julio Cortázar publica *Libro de Manuel*, vivendo em Paris e acompanhando, à distância, o endurecimento das ditaduras latino-americanas. O romance é, muitas vezes, considerado “atípico” em sua obra, tanto pelo próprio autor – que o descreveu como um livro “feito às pressas” e não de sua melhor qualidade estética – quanto pela crítica, que o leu como uma tentativa de conciliar literatura e política em um momento de urgência histórica. Apesar disso, a obra permanece como um testemunho significativo do engajamento de Cortázar e como um dos exemplos mais claros de literatura militante dos anos 1970.

A estrutura do livro já evidencia o seu caráter experimental: a narrativa ficcional se entrelaça com recortes de jornais reais, em especial da imprensa francesa e latino-americana. Esses fragmentos não funcionam como mera ilustração, mas como parte do próprio tecido narrativo, estabelecendo uma tensão constante entre ficção e realidade. O enredo acompanha a “Roda”, grupo de militantes que compartilha laços afetivos e existenciais, além das atividades políticas. Entre os personagens centrais estão Andrés, Ludmilla, Susana, Marcos, Lonstein, Patrício e Manuel, uma criança. Cada um deles encarna uma postura diferente diante da militância e da vida sob regimes autoritários.

O fio condutor da narrativa é a preparação de um álbum para Manuel, filho de Susana e Patrício. Esse álbum mistura lembranças pessoais, reflexões, cartas e documentos, funcionando como uma cápsula do tempo para o futuro. Manuel representa a metáfora central do romance: a ideia de um porvir, de uma geração que possa receber, já transformada, a experiência de luta e de resistência de seus pais. A presença da criança é estratégica. Não apenas humaniza a narrativa e aproxima o leitor da dimensão íntima da militância, como marca, ainda, a utopia que sustenta o projeto

revolucionário. Manuel é, ao mesmo tempo, destinatário e motor simbólico da luta: lutar por ele é lutar por uma geração inteira.

Entre os personagens, destaca-se Andrés, muitas vezes lido como alter ego de Cortázar. Intelectual, hesitante, reflexivo, ele encarna o dilema de uma geração de escritores e pensadores latino-americanos diante da violência política. De um lado, há a urgência da ação militante, defendida por personagens como Marcos, que acredita na radicalização e no uso da violência como meio necessário. De outro, há a dúvida, a necessidade de pensar a dimensão ética e estética do engajamento.

Esse contraste revela que *Libro de Manuel* não é panfletário. Ao invés de apresentar uma militância unívoca, o romance mostra as suas contradições internas: a dificuldade de conciliar vida pessoal e luta coletiva, a dúvida sobre a eficácia da violência, a tensão entre pensamento e ação.

Um dos aspectos de maior originalidade do livro é, justamente, o hibridismo; unindo narrativa ficcional, fragmentos jornalísticos, cartas e experimentações linguísticas. Ao inserir recortes de jornal diretamente na trama, Cortázar rompe a separação entre literatura e realidade, produzindo uma espécie de “colagem” que obriga o leitor a confrontar os acontecimentos históricos – prisões prisões arbitrárias, perseguições políticas, massacres – sem o filtro confortável da ficção.

O próprio Cortázar reconhece, no prefácio, que o livro pode parecer “irregular, incluso defectuoso”, mas justifica que sua intenção era urgente: “[...] no quería que este libro fuera perfecto, quería que estuviera vivo” (Cortázar, 1984, p. 7). Esse gesto literário-político sublinha a escolha do autor de priorizar o testemunho e a intervenção diante da repressão latino-americana, ainda que sacrificando parte do rigor estético que caracterizava obras anteriores.

Ademais, o romance mantém elementos típicos da experimentação cortazariana: jogos de linguagem, humor, invenções vocabulares e rupturas de linearidade narrativa. Essa dimensão lúdica é fundamental, pois Cortázar acreditava numa revolução integral, que não se limitaria ao campo político, mas que transformasse a linguagem, o corpo, o desejo e a sensibilidade. Como afirma Ludmilla em uma

passagem: “A revolução só será verdadeira quando aprendermos também a rir, a inventar e amar o distinto” (Cortázar, 1984, p. 112).

Outro núcleo narrativo de grande importância no livro são as cartas de Sara – personagem secundária, a qual escreve para Andrés relatando a perseguição que sofre. Essas cartas revelam como a repressão não se dirigia apenas a militantes armados, mas, também, a jovens, hippies, artistas e qualquer grupo considerado dissidente. Em uma delas, Sara conta: “Nos siguen por la calle, nos revisan los bolsos, nos miran como si fuéramos criminales. No se puede vivir así, pero seguimos, porque no nos van a quebrar” (Cortázar, 1984, p. 52). Esses fragmentos aproximam o leitor da dimensão cotidiana da repressão e funcionam como memória ficcional de uma experiência coletiva. Ao incluir essas vozes, Cortázar amplia o alcance do romance e evita reduzir a luta apenas à guerrilha ou à ação armada: trata-se, também, da vida comum marcada pelo medo e pela vigilância.

Por fim, a presença de Manuel como destinatário do álbum é um dos símbolos mais fortes da obra. A criança representa o espaço do futuro, da memória e da esperança. Escrever para ele significa projetar um horizonte de emancipação, mas, igualmente, enfrentar a dura realidade da repressão. Aqui, Cortázar ressignifica a função da literatura: não apenas registrar o presente, mas preparar o futuro. O romance torna-se um gesto político e afetivo, que busca preservar a memória das lutas e, ao mesmo tempo, transmitir a esperança de que elas não tenham sido em vão. Para além da literatura panfletária ou dogmática, *Libro de Manuel* é um exercício de imaginação política e estética, que coloca a palavra literária a serviço da transformação social, sem abrir mão da experimentação formal.

O escritor engajado e o intelectual orgânico

O século XX foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e culturais, das quais emergiram debates intensos sobre o papel da arte, da literatura e do intelectual nas lutas sociais. Inserido nesse contexto, Julio Cortázar passou por uma

trajetória que o transformou em um intelectual engajado com os processos revolucionários da América Latina, especialmente a partir da Revolução Cubana. A presente seção, para tanto, investiga como Cortázar reelaborou a própria identidade intelectual e o seu compromisso político a partir dessa virada histórica, relacionando sua postura com os conceitos de “engajamento”, de Sartre, e “intelectualidade orgânica”, de Gramsci.

A partir da reflexão sartriana sobre o papel do escritor na sociedade, em *O que é a literatura?*, entende-se que a linguagem literária não é neutra: constitui uma forma de ação. Sob essa perspectiva, o escritor carrega a responsabilidade de intervir no mundo por meio da palavra. Para Sartre, o engajamento consiste no comprometimento do escritor com o seu tempo e as transformações sociais, por meio de uma escrita consciente:

O escritor ‘engajado’ sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e não se pode desvendar senão tencionando mudar. Ele abandonou o sonho impossível de fazer uma pintura imparcial da Sociedade e da condição humana. O homem é o ser em face de quem nenhum outro pode manter a imparcialidade [...]. E é também o ser que não pode sequer ver uma situação sem mudá-la, pois o seu olhar simboliza, destrói, ou esculpe, ou, como faz a eternidade, transforma o objeto em si mesmo. [...] a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele (Sartre, 2015, p. 22).

A literatura, portanto, assume um papel transformador, com o seu engajamento manifestando-se na maneira como a arte se posiciona diante da realidade. Nesse sentido, o escritor engajado deve agir criticamente sobre o mundo, despertando no leitor a consciência e o impulso para a ação.

Relutante em definir-se como um “intelectual latino-americano”, Cortázar assumiu esse papel gradualmente, a partir de sua experiência no exílio e de suas vivências em Paris. De acordo com a sua própria perspectiva, a distância geográfica da Argentina lhe permitiu refletir, com mais clareza, sobre os impasses políticos e sociais da América Latina, e o contato com os acontecimentos da Guerra da Argélia e da

Revolução Cubana nele despertaram uma consciência crítica mais aguda. Dessa forma, Cortázar passou a tratar a escrita como uma forma de intervenção política e cultural, sem abrir mão de sua liberdade estética. A sua literatura adquiriu, então, um caráter de engajamento não-dogmático, atento às complexidades da arte e da realidade.

O debate sobre a formação da escrita literária de Cortázar, frequentemente, concentra-se na suposta divisão entre uma fase apolítica e outra política. No entanto, alguns estudiosos argumentam que essa distinção não é suficiente para negar a unidade de sua obra. Afinal, é natural que um autor passe por diferentes escolhas e transformações ao longo de sua trajetória. Carolina Orloff (2015) destaca que a literatura é influenciada por múltiplos contextos – interpessoais, cotidianos e sociais – e que essas variações não implicam, necessariamente, ruptura ou oposição entre diferentes fases da produção de um escritor. Além disso, para a autora, a tentativa de afirmar a existência de uma essência fixa no sujeito literário, ancorada em uma suposta unidade atemporal, entra em conflito tanto com as mudanças materiais que moldam novas perspectivas sobre temas e objetos quanto com a própria visão de Cortázar, que reconhecia a dinâmica e a pluralidade como elementos fundamentais de sua escrita.

Nesse sentido, Orloff (2015) fundamenta sua argumentação na análise de diversas obras de Cortázar, tanto póstumas – *Divertimento* (1986), *El Examen* (1986) e *Diario de Andrés Fava* (1995) – quanto publicadas ainda em vida, como *Los Premios* (1960), *Rayuela* (1963) e *Libro de Manuel* (1973). A autora argumenta que é possível identificar referências políticas em ambas as fases, como ao peronismo, por exemplo, nos escritos “iniciais” do autor. Segundo Orloff, essas menções manifestam-se na representação dos “cabecitas negras” e na adesão popular a Juan Domingo Perón em *El Examen*. No entanto, é importante considerar que, em sua maioria, as obras postumamente publicadas foram escritas na década de 1950, e refletem a percepção de um cidadão que se opunha ao peronismo com base na observação dos impactos desse governo no cotidiano. Nesses textos, não há uma análise crítica fundamentada sobre as ações do governo Perón, mas, sim, o olhar de um espectador atento à realidade que o cercava.

Por outro lado, a partir da década de 1960, as suas obras revelam uma postura notavelmente distinta, marcada por um olhar político mais incisivo e uma crítica engajada aos problemas sociais da América Latina. Isso não significa que Cortázar seja uma exceção entre os escritores de sua época, já que todo autor está sujeito a transformações conjunturais que podem influenciar a sua produção. Contudo, o que queremos enfatizar, nesta discussão, é a intencionalidade de sua escrita, a qual passa a assumir um caráter expressamente comprometido com as questões políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, é possível afirmar que existem, de fato, duas fases distintas na trajetória política do autor.

Tomemos como exemplo dessas fases políticas distintas não apenas a análise de suas obras, mas também as próprias declarações refletindo mudanças nas temáticas e posturas adotadas ao longo do tempo, as quais se notam a seguir. Em uma de suas aulas, ministradas no curso sobre literatura latino-americana na Universidade da Califórnia, a respeito do percurso de um escritor, Cortázar afirmou:

Ao longo de meu caminho de escritor acho que passei por três etapas muito bem definidas: uma primeira etapa que eu chamaria estética [...], uma segunda etapa que chamaria metafísica e uma terceira etapa, que chega até os dias de hoje, que poderia chamar histórica (Cortázar, 2015, p. 14).

Nesta citação, Julio Cortázar reflete sobre a sua própria trajetória literária, dividindo-a em três fases distintas: estética, metafísica e histórica. Essa classificação sugere uma evolução não apenas temática, mas, também, ideológica em sua escrita. A fase estética pode ser associada ao início de sua carreira, quando a sua preocupação central era com a forma, a linguagem e a experimentação narrativa, características evidentes em suas obras iniciais. Já a fase metafísica aponta para uma busca por questões existenciais mais profundas, um interesse que perpassa grande parte de sua produção. No entanto, é na terceira fase, a histórica, que se percebe um engajamento político mais direto, quando a sua literatura assume um tom mais crítico e alinhado às transformações sociais e políticas da América Latina. A autodefinição de Cortázar

reforça a ideia de que a sua escrita não foi estática, mas acompanhou as mudanças de sua visão de mundo. O seu percurso demonstra que a literatura pode ser tanto um espaço de experimentação artística quanto uma ferramenta de intervenção histórica, algo que se torna cada vez mais evidente em sua fase final.

Essa divisão proposta por Cortázar encontra respaldo em análises como a de Carvalho (2018), que observa que a fase estética do autor estende-se até 1959, caracterizando-se pelo predomínio de preocupações formais e estilísticas, evidentes em seus poemas e contos. Segundo Carvalho, esse período foi marcado por uma escrita mais introspectiva e experimental, sem um envolvimento direto com questões sociais ou políticas. Um ponto de inflexão nessa trajetória pode ser identificado no conto *O Perseguidor*, publicado na coletânea *As Armas Secretas* (1959), considerado um marco de transição na obra cortazariana. Esse conto introduz um interesse mais profundo pelo “próximo”, pelo humano e suas angústias existenciais, algo que até então não se manifestava com tanta intensidade em sua ficção. O protagonista, Johnny Carter, um músico de jazz inspirado no lendário saxofonista Charlie Parker, morto em 1955, representa uma busca por uma compreensão mais subjetiva e filosófica da realidade, antecipando elementos que viriam a se aprofundar na fase metafísica do autor.

Nas observações do próprio Cortázar feitas sobre *O perseguidor*, ainda na aula citadas acima:

Na grande solidão em que vivia em Paris, de repente foi como estar começando a descobrir o meu próximo na figura de Johnny Carter, esse músico negro perseguido pela desgraça, cujos balbucios, monólogos e tentativas eu inventava ao longo do conto. [...] Por esse caminho entrei nisso que, com um pouco de pedantismo, chamei de etapa metafísica [...] (Cortázar, 2015, p. 18-19).

Nesta citação, Cortázar reflete sobre um momento crucial de sua trajetória literária, marcado pela transição da fase estética para a metafísica. Ele reconhece que, até então, a sua escrita estava mais centrada na forma e na experimentação, mas que, com *O Perseguidor*, algo mudou. A solidão vivida em Paris parece ter desempenhado

um papel fundamental nesse processo, pois o levou a se aproximar da interioridade de seus personagens e a explorar questões mais existenciais.

A figura de Johnny Carter, inspirada no saxofonista Charlie Parker, representa essa virada. O músico, atormentado por sua genialidade e pelos limites da linguagem e do tempo, configura um reflexo das próprias inquietações de Cortázar. Ao dar voz aos pensamentos fragmentados e erráticos de Carter, o autor inicia uma busca por um significado mais profundo, transcendendo a mera construção estética para mergulhar em dilemas filosóficos e metafísicos.

Por fim, a “etapa metafísica” de Cortázar, de 1959 a 1961, pode ser entendida como o período em que ele começa a confrontar aspectos de sua realidade, passando a refletir sobre situações-problema que o desafiavam diretamente. Como referencial dessa fase temos o impacto da guerra de independência da Argélia (1954-1962), que o levou a questionar a violência do colonizador francês em território argelino. Esse conflito, com suas implicações éticas e sociais, provocou no autor uma reflexão profunda sobre as relações de poder e as injustiças históricas. Além disso, o fascínio de Cortázar pelas utopias de transformação social que emergiam em Cuba na década de 1960, desempenhou um papel fundamental nesse processo de conscientização. Esse encantamento com a Revolução Cubana, aliado aos questionamentos gerados pela guerra da Argélia, culminou naquilo descrito pelo escritor como a sua “etapa histórica”, a partir de 1961. Em suas palavras:

Nesse momento, por uma espécie de brusca revelação – e a palavra não é exagerada –, senti que não era só um argentino: era um latino-americano, e esse fenômeno de tentativa de libertação e de conquista de uma soberania a que eu acabava de assistir era o catalisador, o que me havia revelado e demonstrado que eu não era apenas um latino-americano que estava vivendo isso de perto, mas que também implicava em uma obrigação, um dever. (Cortázar, 2015, p. 22-23).

No livro *A Fascinação das Palavras*, composto em parceria entre o jornalista uruguaio Omar Prego Gadea, Cortázar traz uma extensa entrevista abordando

diversos temas. Além disso, também é possível encontrar registros importantes sobre a visão do autor argentino a respeito da construção de seu eu político (Carvalho, 2018):

Que [...] foi uma atitude política que se limitava – como as atitudes políticas da maioria dos meus amigos e do pessoal da minha geração – à expressão de opiniões num terreno privado e no máximo num café, entre nós, mas que não se traduzia em qualquer militância. Em me sentia antiperonista mas nunca integrei grupos políticos ou grupos de pensamento ou de estudo que pudessem fazer alguma espécie de prática desse antiperonismo. Nessa época tudo ficava na opinião pessoal, no que você pensava. E curiosamente isso satisfazia a quase todos nós, achávamos suficiente. Veja a nossa posição durante a guerra civil espanhola e durante a Segunda Guerra Mundial. Num caso, claro, estávamos a favor dos republicanos, mas nenhum de nós foi combater como voluntário na Espanha nem atuou politicamente em associações republicanas na Argentina. E, naturalmente durante a Segunda Guerra Mundial éramos todos antinazistas, mas esse antinazismo nunca se traduziu em qualquer militância. Esta existia, e se podiam fazer coisas no plano prático. Digamos então que as minhas opções políticas já estavam feitas e tendiam para a esquerda, mas não passavam de opinião; na verdade era um ponto de vista que não se diferenciava de muitos dos pontos de vista que eu podia ter sobre literatura ou filosofia (Cortázar; Gadea, 2014, p. 169-170).

O trecho em destaque revela uma postura política de Cortázar que, durante grande parte de sua vida, manteve-se restrita à esfera privada das opiniões pessoais, sem se traduzir em uma ação militante ou concreta. A reflexão do autor aponta para uma característica comum de sua geração, na qual muitas pessoas compartilhavam opiniões políticas alinhadas com ideais de esquerda, mas sem engajamento em práticas políticas ativas. Cortázar menciona que, embora se sentisse antiperonista, por exemplo, nunca integrou grupos ou se envolveu em movimentos que pudessem tornar essa oposição uma prática militante.

Esse distanciamento entre a expressão de opiniões e a militância política ativa pode ser interpretado como uma crítica à forma como, muitas vezes, a política se limita a um discurso sem que haja uma transformação real ou prática dessas ideias em ações. A opinião pessoal se torna algo que, em muitos casos, satisfaz o indivíduo ou o grupo

sem que se busque uma mudança social efetiva. Cortázar, ao refletir sobre essa fase de sua vida, indica que as suas visões políticas estavam, de fato, alinhadas com a esquerda, mas sempre no plano do pensamento, da reflexão, sem que isso resultasse em uma participação ativa ou militante.

Na obra *Sobre o Político* (2015) de Chantal Mouffe, é possível entender, de forma analítica, as fases aqui apresentadas sobre Cortázar. A autora discute as distinções essenciais entre “o político” e “a política”, propondo uma reflexão crítica acerca do papel da política no contexto contemporâneo. Mouffe (2015) faz uma análise profunda sobre como a política é entendida e praticada nas sociedades modernas, distinguindo entre dois níveis: o ontológico (relacionado ao conceito do “político”) e o ôntico (referente à prática da “política”).

No primeiro caso, “o político” refere-se à dimensão fundamental da convivência humana e à luta pelo reconhecimento, refletindo as tensões e divisões inerentes à vida em sociedade. Trata-se de um conceito que vai além das instituições e da ciência política, abordando as condições que tornam possível a formação de um espaço público e a organização das relações sociais. Já “a política”, no sentido mais restrito, refere-se à ação concreta, à prática de decisões, à organização de instituições e à formulação de políticas públicas. Envolve, portanto, as disputas e negociações que buscam ordenar a vida coletiva dentro de uma sociedade.

Mouffe (2015) entende, ainda, que a política não é uma atividade neutra, mas uma prática sempre imersa em confrontos e antagonismos, sendo este um ponto central de sua obra, defendendo que a política deve ser entendida como uma arena de luta em que as diferenças e as tensões são inevitáveis e precisam ser reconhecidas e trabalhadas. Para a autora, a política deve ser vivida com a consciência de que as divisões e o conflito são partes essenciais do que significa ser uma comunidade política.

Dessa forma, concluímos que as referências políticas presentes nos primeiros textos de Cortázar, analisados por Orloff (2015) – *Divertimento* (1986), *El Examen* (1986) e *Diario de Andrés Fava* (1995) –, inserem-se na fase estética e se estendem a aspectos da

fase metafísica, conforme as denominações do próprio autor. Sob a perspectiva de Mouffe (2015), essas fases correspondem ao nível ontológico, no qual o ser humano, como “animal político”, possui uma inclinação natural para a vida política. Isso significa que Cortázar observa e descreve, criticamente, a sociedade ao seu redor, sem necessariamente traduzir essa percepção em ação política concreta. O seu posicionamento restringia-se ao espaço privado e ao papel de espectador. Já a transição para o nível ôntico, que corresponde à prática política efetiva, começa a se delinear na fase metafísica e se consolida na fase histórica, quando o seu engajamento torna-se explícito e vinculado às lutas políticas da América Latina.

Para ilustrar essa divisão de forma prática, apresentamos a tabela, a seguir, destacando as principais temáticas abordadas por Julio Cortázar no plano do ontológico e ôntico:

Tabela 1 - Textos ontológicos.

| Texto | Temática |
|--|---|
| Llama el telefono, Delia / El hijo del vampiro | História sobre uma jovem mãe que fora abandonada pelo marido./ Questões sobre abandono paterno. |
| Distante Espejo | Experiência em Chivilcoy – rotina voltada para leitura. |
| Mudanza | Família composta por mulheres e um homem perdido no universo. |
| Retorno de la noche | Experiência da perda de seus melhores amigos. |

Fonte: Careaga, 2014.

Tabela 2 - Textos ônticos

| Texto | Temática |
|-----------------------------------|--|
| Reunión | Revolução Cubana |
| Libro de Manuel | Grupo revolucionário, denúncia do cenário de ditaduras instauradas na América Latina |
| Nicaragua tan violentamente Dulce | Experiência / Defesa da Revolução Sandinista |

| | |
|--|---|
| Fantomas contra los vampiros multinacionales | Crítica ao neoliberalismo, direitas e as ditaduras latino-americanas. |
|--|---|

Fonte: Elaboração própria.

Nesse sentido, é possível notar, a partir da análise da trajetória literária e intelectual de Julio Cortázar, uma clara evolução em sua postura política, passando de um observador atento da realidade ao longo de sua fase estética e metafísica para um escritor engajado durante a sua fase histórica. Como evidenciado na tabela, as suas primeiras obras abordam questões íntimas e existenciais, refletindo um olhar introspectivo sobre o indivíduo e as suas relações sociais, sem, contudo, transformar essas observações em ação política concreta.

Dessa forma, confirmamos que, em sua trajetória, há uma distinção entre diferentes momentos políticos. Se, no início, Cortázar, limitava-se ao campo “político” enquanto observação (no nível ontológico, segundo Mouffe), posteriormente, desloca-se para o campo das práticas políticas concretas (nível ôntico), manifestando-se de maneira direta e combativa. Assim, a sua literatura torna-se não apenas um reflexo de seu tempo, mas um instrumento de resistência e transformação social.

A partir dessa primeira categorização, partimos para a luz analítica sobre o intelectual nas obras de Antonio Gramsci, um dos pensadores que mais profundamente refletiu sobre o papel dos intelectuais na vida social, vinculando-o ao conceito de hegemonia. Diferentemente da concepção tradicional que entendia os intelectuais como um grupo independente, dedicado a atividades teóricas ou culturais desvinculadas da realidade material, Gramsci propôs uma visão dialética: não existe uma classe autônoma de intelectuais, mas camadas de intelectuais que se constituem, organicamente, a partir das necessidades de cada grupo social.

Assim, todo grupo social, ao surgir no cenário histórico, cria consigo uma camada de intelectuais que confere homogeneidade e consciência à sua função, não apenas no campo econômico, mas, também, no social e político. Esse processo se dá de modo desigual: as classes historicamente progressistas – aquelas que impulsionam a

transformação da sociedade por meio da inovação e da produção – tendem a atrair e subordinar intelectuais de outros grupos, construindo redes de solidariedade e influência.

Nesse contexto, Gramsci distingue duas categorias principais: os intelectuais tradicionais, vinculados aos grupos sociais dominantes e que se veem como autônomos e independentes, embora estejam historicamente enraizados nas estruturas de poder; e os intelectuais orgânicos, que emergem junto às classes subalternas ou ascendentes, elaborando e difundindo uma concepção de mundo coerente com os interesses dessas classes. O papel desses últimos é decisivo na construção de uma contra-hegemonia, capaz de disputar os valores, as ideias e as práticas culturais vigentes.

Para Gramsci, a hegemonia não se sustenta apenas pela coerção estatal, mas, também, pela direção moral e intelectual da sociedade. Desse modo, os intelectuais exercem uma função pedagógica fundamental: contribuir para a formação de uma consciência crítica, superar o senso comum e articular uma nova concepção de mundo. Essa tarefa exige proximidade com os “simples”, ou seja, com as massas populares, pois é na relação entre teoria e prática, entre concepção de mundo e ação política, que se fortalece a unidade necessária para a transformação social.

O trabalho dos intelectuais, portanto, não deve se restringir à enunciação abstrata de princípios, assumindo um caráter concreto e formativo, engajado na reforma intelectual e moral das massas. Trata-se de um processo histórico e contínuo, em que se combinam elementos do velho e do novo, exigindo a construção de referências teóricas, de autoridade política e de inserção organizativa. Em síntese, para o autor sardenho, os intelectuais são mediadores entre as classes sociais e o Estado, atuando na produção e difusão de ideologias. A sua importância reside no fato de que nenhuma classe pode conquistar e manter a hegemonia sem elaborar e formar os seus próprios intelectuais, capazes de dar consistência e legitimidade ao seu projeto societário.

É nesse horizonte de reflexão que Gramsci introduz a noção de intelectual orgânico. Para ele, cada classe emergente, no processo de afirmação histórica, produz

os próprios intelectuais, que se configuram como especializações derivadas das funções sociais inauguradas por esse novo grupo. Em contrapartida, denomina “intelectuais tradicionais” aqueles que permanecem associados às classes dominantes, sustentando as suas posições dentro dos marcos específicos de cada contexto histórico.

Assim sendo, esses intelectuais tradicionais costumam apresentar-se como figuras autônomas e independentes em relação ao grupo social dominante. Essa percepção de si mesmos estaria ligada à sua formação e à continuidade histórica de suas funções, mas não passaria de uma ilusão de independência. Isto é, trata-se de uma postura idealista, na medida em que os intelectuais acreditam possuir características próprias, descoladas de vínculos de classe.

Outro ponto destacado por Gramsci é que, ao longo do tempo, o fortalecimento das instituições escolares ampliou a relevância das funções intelectuais. O processo educativo não apenas multiplicou e sofisticou as especializações, como reforçou, ainda, o papel dos intelectuais na mediação entre sociedade e produção. Assim, a relação entre intelectuais e mundo produtivo não é direta, mas atravessada pelas superestruturas – das quais os intelectuais se tornam verdadeiros “funcionários”.

Diante desse enquadramento teórico, é possível compreender por que, dificilmente, Julio Cortázar poderia ser classificado como um intelectual orgânico. O escritor argentino nunca esteve integrado, de forma sistemática, a projetos políticos organizados que visassem romper com a ordem estabelecida. Ao optar pelo autoexílio, Cortázar assumiu uma posição mais próxima da figura de agente cultural, sem retornar, definitivamente, a seu país ou se filiar a correntes políticas específicas, como o comunismo. A sua obra, ainda que denuncie as contradições do capitalismo, não rompe, em termos práticos, com a lógica hegemônica, permanecendo em uma posição ambígua. Além disso, o próprio autor rejeitava a etiqueta de “intelectual latino-americano”, por entender que ela carregava expectativas e responsabilidades que não desejava assumir. Defendia, antes, a liberdade individual do escritor, que fazia de sua escrita a principal ferramenta de intervenção no mundo.

Cortázar insistia em marcar diferenças em relação à forma como compreendia o seu papel enquanto intelectual. O seu engajamento não nasce de uma adesão ao nacionalismo ou à militância partidária, mas de uma postura, defendida por ele, que se fortaleceu com a distância geográfica de sua terra natal. Afirmava que o verdadeiro problema do intelectual consistia em lutar por uma paz fundada na dignidade humana. Para o escritor, a ênfase excessiva nas identidades nacionais restringia a questão a particularismos, sem atingir o cerne universal da condição humana. Ainda assim, recusava a ideia de uma “cidadania mundial” vaga e abstrata, que, em seu entendimento, poderia servir como fuga das responsabilidades concretas com Cuba, o Vietnã e toda a América Latina. Seu engajamento, portanto, se dava em um ponto de equilíbrio: ao mesmo tempo em que recusava o nacionalismo estreito, rejeitava também o cosmopolitismo evasivo (Cortázar, 1985a).

Outra faceta de sua concepção de intelectualidade aparece nas polêmicas em torno de seu autoexílio. Muitos críticos consideravam que a sua ausência na Argentina o deslegitimava como voz representativa da realidade local. Cortázar respondeu com firmeza: os seus livros ressoavam na América Latina justamente por não se restringirem ao provincianismo, dialogando com uma realidade mais ampla, a partir de um olhar externo capaz de descentralizar e desnacionalizar as leituras sobre o continente. Para ele, essa perspectiva ampliada era uma forma de enriquecer sua identidade argentina, não de negá-la (Cortázar, 1985a).

Com o passar dos anos, as suas preocupações deslocaram-se da questão da identidade intelectual para os problemas concretos “do que fazer”. Em intervenções públicas, nos anos 1980, Cortázar refletia sobre como ampliar o alcance da cultura, romper as barreiras elitistas da arte e criar pontes com a sociedade civil. Defendia que a cultura deveria transformar-se em bem móvel, acessível e partilhado, capaz de se articular com práticas populares. Nesse sentido, a ideia de resistência ganhava novo significado: não apenas escrever contra as distorções hegemônicas, mas encontrar formas de democratizar a circulação da arte e da literatura, ressignificando inclusive a experiência do exílio (Cortázar, 1985b).

Ao longo de toda essa trajetória, Cortázar manteve uma relação ambivalente com o rótulo de intelectual engajado. Aceitava a responsabilidade histórica que lhe cabia, mas recusava o enquadramento rígido. A sua concepção de si mesmo oscilava entre a consciência do dever político e a defesa intransigente da liberdade criativa. Nesse paradoxo, construiu o próprio conceito de identidade singular: a de um escritor que, a partir do exílio, pôde compreender que ser intelectual não era submeter-se a categorias fixas, mas articular ética, estética e compromisso histórico em uma prática literária aberta, crítica e profundamente humana.

Considerações finais

Com base nas reflexões desenvolvidas sobre a crise epistemológica contemporânea, nos termos de Vladimir Safatle e Antonio Gramsci, e a análise do engajamento intelectual de Julio Cortázar, é possível delinear algumas direções críticas para pensar os desafios e possibilidades da esquerda hoje. A crise que vivemos, como aponta Safatle, não é apenas estrutural ou econômica, mas epistemológica e simbólica: vivemos um tempo em que as categorias de pensamento que organizavam o mundo já não conseguem mais dar conta da realidade histórica em decomposição. A fragmentação do saber, o esvaziamento do horizonte utópico e a colonização da linguagem pelo mercado financeiro geraram um bloqueio na imaginação política, tornando difícil não apenas propor alternativas, mas concebê-las.

Gramsci, por sua vez, fornece a chave para entender esse momento como um “interregno” – um intervalo em que o velho já não funciona, mas o novo ainda não nasceu. É justamente nesse intervalo que se intensificam os sintomas mórbidos: o avanço da extrema direita, a captura da linguagem da mudança por discursos regressivos e a paralisia da esquerda institucional, que muitas vezes se limita à gestão da ordem em ruínas. Nesse contexto, o papel do intelectual não é o de se posicionar como especialista à parte, mas como agente ativo na formação de uma contra-

hegemonia, capaz de disputar o senso comum e reorganizar os sentidos do presente (Gramsci, 2001).

É, particularmente, interessante observar como elementos culturais específicos, profundamente enraizados nas tradições e nas vivências locais, entrelaçam-se de maneira complexa com tendências intelectuais e modelos revolucionários de alcance global. Trata-se de uma fusão que enriquece os processos de transformação social e cultural, além de oferecer novas formas de resistência e criação simbólica. No caso, figuras como Cortázar, Guevara e tantos outros pensadores, escritores e militantes, articularam as suas concepções de arte, política e revolução a partir de suas experiências concretas em contextos históricos singulares, fortemente marcados pelas feridas abertas da colonialidade, bem como pela constante luta contra as estruturas de dominação vigentes, herdadas de um passado ainda próximo.

Longe de aderirem passivamente a paradigmas importados, construíram visões críticas e alternativas baseadas nas realidades sociais que os cercavam, fazendo da literatura, da militância e da produção teórica ferramentas de denúncia, conscientização e transformação. Assim, o pensamento intelectual que emergiu desse processo é caracterizado por sua capacidade mobilizadora e por um compromisso visceral com as causas populares e emancipadoras. Trata-se, portanto, de um saber insurgente, que desafia as epistemologias hegemônicas e propõe uma reconfiguração radical das formas de ver, pensar e agir no mundo.

Diante desse cenário, faz-se necessário refletir sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelos intelectuais, especialmente no que se refere à necessidade de reconquistar espaços públicos relevantes e estabelecer conexões mais efetivas com movimentos sociais emergentes. A tarefa, portanto, é dupla: combater tanto o relativismo epistemológico quanto o elitismo intelectual. O fortalecimento do papel crítico dos intelectuais dependerá, assim, de sua capacidade de dialogar, amplamente, com a sociedade, mobilizando saberes e práticas capazes de contribuir para a construção de alternativas políticas e sociais consistentes e transformadoras.

Aqui, Julio Cortázar apresenta-se como um modelo de intelectual que rompe com a neutralidade e com o escapismo elitista, assumindo uma postura crítica frente à instrumentalização da arte e à acomodação dos discursos de esquerda. Ao longo de sua trajetória, transformou o exílio em uma ação político-crítica, o distanciamento geográfico em ferramenta de aproximação reflexiva. A sua recusa em submeter a literatura aos moldes dogmáticos do realismo socialista, ao mesmo tempo em que reivindica o compromisso ético da escrita, aponta para a possibilidade de uma arte engajada que não abdique de sua liberdade estética. Cortázar não se limitou a denunciar: buscou construir sentidos alternativos, usando a linguagem como campo de reinvenção política.

Para a esquerda contemporânea, o exemplo de Cortázar oferece reflexões importantes, que continuam a ressoar com força em um cenário global marcado por incertezas, esgotamento das formas tradicionais de representação e descrença nas instituições. Em tempos de profunda crise epistêmica e simbólica – em que se desestabilizam as noções de verdade, autoridade e sentido coletivo –, o caminho a ser trilhado não pode se limitar à reafirmação burocrática da institucionalidade, tampouco à repetição mecânica de fórmulas ideológicas esvaziadas de potência transformadora. É necessário, mais do que nunca, retomar a centralidade do conflito, da crítica radical e da imaginação política como ferramentas de reinvenção da ação coletiva.

Essa retomada exige uma ruptura consciente com a defensiva moral que muitas vezes paralisa o campo progressista, aprisionando-o em narrativas identitárias fixas ou em discursos excessivamente normativos. Trata-se, antes, de buscar formas de ação e enunciação que mobilizem experiências compartilhadas. Como Cortázar sugere, é preciso escrever, pensar e agir a partir da experiência vivida, mas com a clareza de que essa experiência é também atravessada por contradições e disputas. A experiência, longe de ser um dado imediato, é um campo de mediações, onde se entrelaçam subjetividade e estrutura, memória e política.

Nessa perspectiva, tanto a literatura quanto o pensamento crítico não devem ser entendidos como meros reflexos miméticos da realidade, mas como instrumentos

ativos de reconstrução simbólica do mundo. Trata-se de produzir novas formas de ver, dizer e sentir, que escapem às lógicas dominantes e permitam o surgimento de alternativas reais, ainda que provisórias ou fragmentárias. A imaginação, nesse processo, é uma dimensão constitutiva da ação política: é ela que permite visualizar futuros possíveis, contornar o determinismo histórico e construir sentidos coletivos em meio ao caos.

Conclui-se, portanto, que a superação da atual crise epistemológica exige muito mais do que a simples acumulação de saber técnico ou a defesa protocolar de instituições frágeis e desacreditadas. O que se impõe é uma verdadeira refundação do sentido da transformação: um esforço coletivo para reinscrever a política no campo da invenção e da coragem. A esquerda, se quiser recuperar a sua força histórica, precisa, urgentemente, de uma nova gramática política, uma linguagem que seja capaz de gerar futuro, abrindo brechas para o que ainda não é, mas pode vir a ser.

Nesse horizonte, o intelectual – à semelhança de Cortázar – deve assumir o papel de aquele que, mesmo atravessado pela dúvida, exílio, perdas e fraturas do tempo, permanece comprometido com a tarefa de imaginar o impossível. Não se trata de uma utopia escapista, mas de um horizonte estratégico que orienta a ação crítica e sustenta a transformação como categoria política. Literatura, pensamento e prática revolucionária, assim, não estão separados: fundem-se como elementos indispensáveis para a construção de outro mundo possível, em que a palavra, o gesto e o sonho voltam a ocupar o seu lugar central na luta por justiça e dignidade.

Notas sobre a autoria

Maria Sarah Nascimento Brito é Doutoranda e bolsista CAPES pelo programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com pesquisa sobre o movimento intelectual na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco (PPGEUPE). Graduada no curso de licenciatura em História, também pela Universidade de Pernambuco (UPE). Vinculada ao Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL), pela linha História do Tempo Presente. Possui experiência em Ensino de História; Ensino das Américas; Revoluções do século XX; América Latina; Nova Trova Cubana e Nova Canção Chilena.

Eulália da Costa Guarinello é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC - UFRJ). Pesquisadora associada do Núcleo de Pesquisa de Geopolítica, Integração Regional e Sistema Mundial (GIS/UFRJ). Mestre em História pela UFRJ. Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP Franca). Foi membro do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), grupo interdisciplinar de extensão universitária, e representante discente da Comissão Permanente de Extensão Universitária e Cultura (CPEUC) da UNESP. Tem experiência nas áreas de História, Literatura e Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil República, pensamento social latino americano, imprensa revolucionária, literatura e classe operária.

Referências

AZEVEDO, Luciene. Saindo da ficção: narrativas não literárias. *Caracol*, São Paulo, n. 17, jan./jun. 2019.

BERMEJO, E. Gonzáles. *Conversas com Cortázar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BLANES, Jaune Peres. “Reunión” de Julio Cortázar: reescritura y conflicto de poéticas en el debate sobre el intelectual y la revolución. *Hispanófila*, n. 172, p. 143-159, Dic. 2014.

CAREAGA, Raquel Arias. *Julio Cortázar: de la subversión literaria al compromiso político*. Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2014.

CARVALHO, M. A. S. *Julio Cortázar pela América Latina: o Tribunal de Russell, literatura e engajamento no período 1963-1983*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

CASTRO, Fidel. *Palabras a los intelectuales*. Havana: Consejo Nacional de Cultura, 1961. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f300661e.html> Acesso em: 15 jun. 2025.

CORTÁZAR, Julio. *O livro de Manuel*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CORTÁZAR, Julio. Acerca de la situación del intelectual latino-americano. In: CORTÁZAR, Julio. *Textos políticos*. Barcelona: Plaza & Janés, 1985a. p. 27-44.

CORTÁZAR, Julio. El escritor e su que hacer em latinamerica. In: CORTÁZAR, Julio. *Textos políticos*. Barcelona: Plaza e Janés, 1985b. p. 121-137.

CORTÁZAR, Julio. Algunos aspectos del cuento. In: CORTÁZAR, Julio. *Obras completas*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2006. v. 6, p. 147-163.

CORTÁZAR, Julio. *Aulas de literatura*: Berkeley, 1980. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CORTÁZAR, Julio. Reunión. In: CORTÁZAR, Julio. *Todos los fuegos el fuego*. Barcelona: Editorial Debolsillo, 2014. p. 20-34

CORTÁZAR, Julio; GADEA, Omar Prego. *A fascinação das palavras*. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación*: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GUEVARA, Ernesto “Che”. Alegría de Pío. In: GUEVARA, Ernesto “Che”. *Pasajes de la guerra revolucionaria*. Havana: Ediciones de la Revolución, 1963. cap. 1. p. 35-36.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

IHU UNISINOS. A esquerda não tem nada a dizer à periferia, diz Vladimir Safatle. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 27 maio 2024. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/644762-a-esquerda-nao-tem-nada-a-dizer-a-periferia-diz-vladimir-safatle>. Acesso em: 30 maio 2025.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015

ORLOFF, Carolina. *La construcción de lo político en Julio Cortázar*. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2015.

SAFATLE, Vladimir. *Alfabeto das colisões*: filosofia prática em modo crônico. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Tradução de Carlos Felipe Moisés. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.